

Município: SUMIDOURO

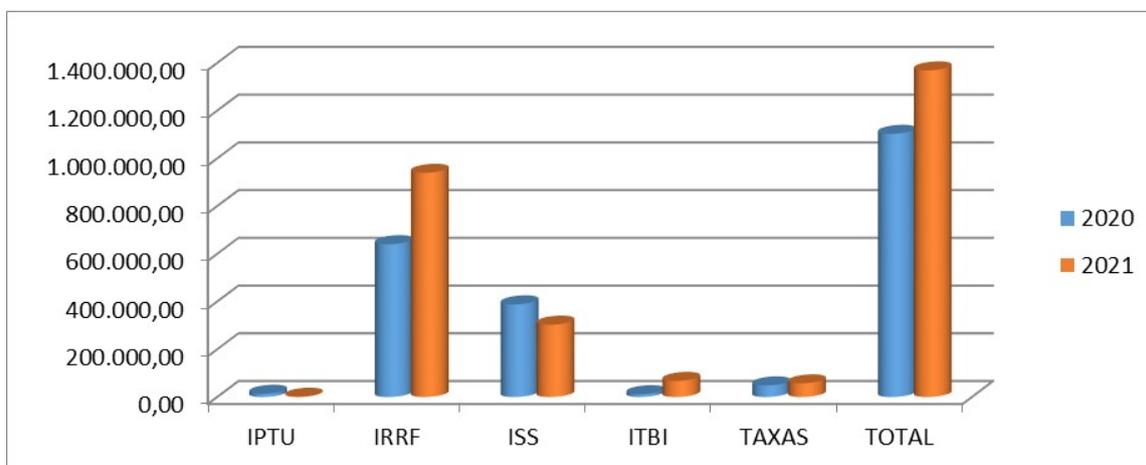
AUDIÊNCIA PÚBLICA - MUNICÍPIO DE SUMIDOURO

1º QUADRIMESTRE DE 2021

Em conformidade com os novos dispositivos elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101 de 04 de Maio de 2.000), o Poder Executivo vem pelo presente, através de uma abordagem sintética, expor os aspectos mais relevantes acerca da Execução Orçamentária no 1º quadrimestre de 2021.

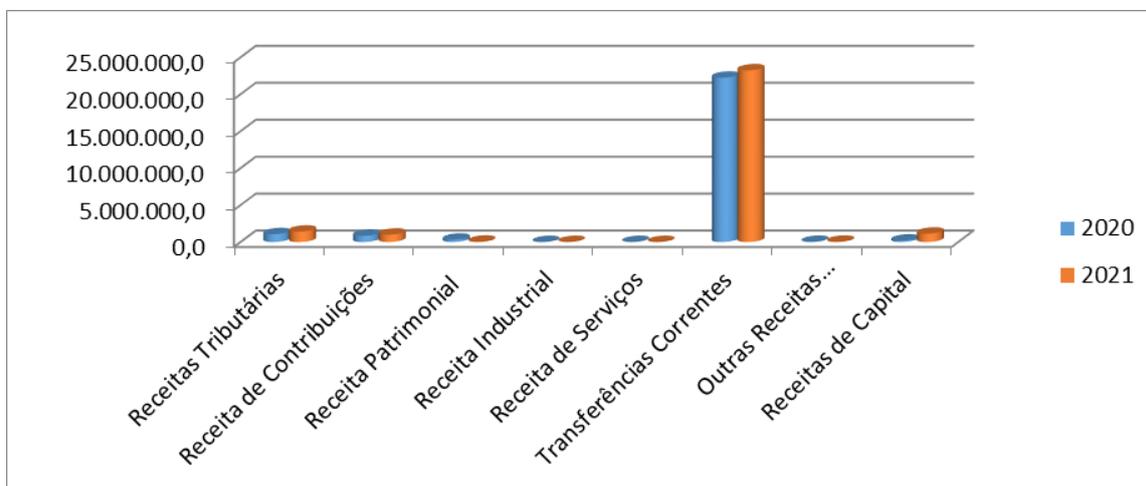
No que tange a execução orçamentária propriamente dita, mais precisamente aquela compreendida pelo 1º quadrimestre de 2021, no que concerne às receitas em geral, considerando para tanto os valores consolidados, englobando a Administração Direta e Indireta, através da análise do Gráfico de nº. 1, pode-se verificar a distribuição das Receitas Correntes, compreendendo necessariamente as Receitas Tributárias, estando englobados o IPTU, ISS, IRRF, ITBI e as TAXAS, basicamente dizem respeito àquelas **receitas diretamente arrecadas pela Prefeitura**, ou seja, aquelas de competência do Município. Os gráficos de nº. 02 e 03, por sua vez, referem-se ao total das receitas arrecadadas pelo município no período de janeiro/21 a abril/21, sua distribuição em termos monetários e em termos percentuais, compreendendo as Receitas Tributárias, Patrimonial, Industrial, Transferências Correntes e Receitas Diversas, cabendo destaque especial as Transferências Correntes, tendo em vista o peso que possui o ICMS e o FPM no total da Receita do Município. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução da receita do mesmo período do ano de 2020.

GRÁFICO N. 01 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS - ABRIL/2020 E ABRIL/2021



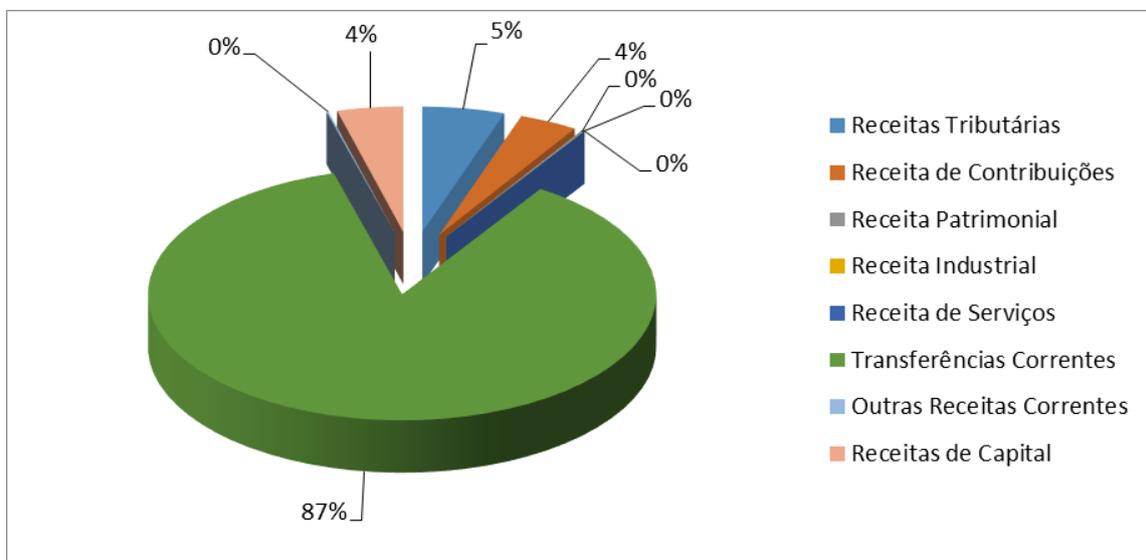
Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

GRÁFICO N. 02 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS - ABRIL/2020 E ABRIL/2021



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

GRÁFICO N. 03 - PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS ATÉ ABRIL/21



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Ao se analisar o Gráfico n. 01 acima, pode-se perceber um aumento nas Receitas Tributárias Municipais de nada menos que 28 % no período acumulado de ABRIL de 2020 em relação a ABRIL de 2021, muito mais em função no atraso na disponibilização do IPTU em 2021 quando comparado a 2020 e do incremento nas receitas de imposto de renda. Tais receitas dizem respeito às receitas que constituem as receitas próprias do município, ou seja, as receitas de sua competência, além das demais Receitas Correntes materializadas nas Transferências Correntes, Receitas de Serviços, além das Receitas de Capital, que sofreram um acréscimo, cabendo um declínio apenas nas Receitas Patrimoniais principalmente, em razão do grande volume de resgates realizados pelo Regime Próprio de Previdência em anos anteriores - IAPS e que não mais se concretizou nos anos de 2020 e início de 2021. Demais acréscimos, como na rubrica de serviços não encontra respaldo em materialidade que culminasse na necessidade de análises mais detalhadas.

De toda a forma a Receita Total do Município no primeiro quadrimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior expandiu cerca de 9,0 %, com destaque para um aumento das Transferências Correntes que no período tiveram uma expansão de aproximadamente 24 %, sendo mais significantes em termos de materialidade.

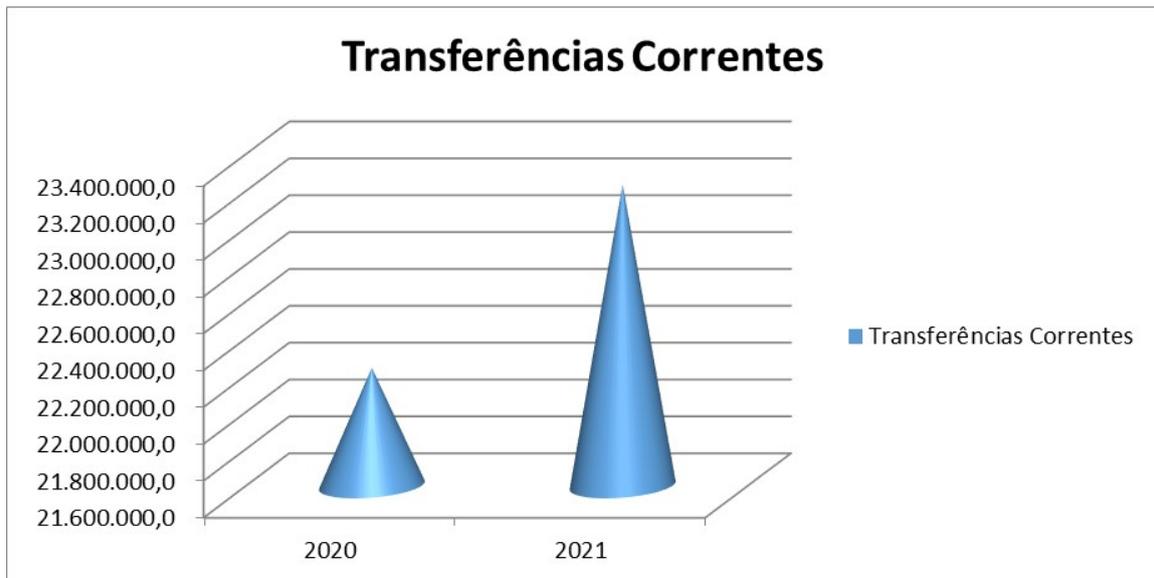
Ao se proceder a uma análise detalhada da variação das receitas e despesas ocorridas até o primeiro quadrimestre de 2021, o Município passou em exercícios anteriores com um Superávit Financeiro devido em grande parte ao grande peso que possui o RPPS na consolidação dos dados, devendo segundo a melhor técnica para efeito de análise expurgamos os valores referentes ao Ativo Financeiro e Passivo Financeiro do RPPS, onde se depreende a manutenção de um referido Superávit se comparado ao exercício anterior, mas, o que denota uma melhora nas Receitas Correntes no exercício de 2020 devido a Pandemia do Coronavírus que se abateu sobre o Município, principalmente a partir de Abril/2020, ao mesmo tempo em que o Poder Executivo utilizou em grande escala prováveis Superávits ou sobras remanescentes de 2018 e 2019 ao que consta em 2020 e que serviram tão somente para cobrir possíveis déficits de recursos ordinários (00) e dos Royalties (04) em função da Crise Econômica instalada tendo como origem a Pandemia. Todavia, a partir do último quadrimestre de 2020 há uma melhora significativa nas Receitas Municipais, o que adentrou o exercício corrente de 2021, exceto nas Transferências junto ao Fundo Municipal de Saúde que, ao contrário, ou por ironia, caíram significativamente, cerca de 47 % quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

Do total de R\$ 26.864.928,90 (Vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e noventa centavos) das Receitas arrecadadas até o 1º Quadrimestre do exercício de 2021 nada menos que R\$ 23.234.624,70 (Vinte e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta centavos) referem-se às Transferências da União e dos Estados, compreendendo 86,5 % do total das Receitas do Município, conforme se depreende da análise dos gráficos ns. 02 e 03, ressaltando que tal participação sofreu um acréscimo na ordem de 4,0 % em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do incremento do ICMS, FPM e Royalties principalmente, apesar de uma queda significativa dos recursos extraordinários junto ao Fundo Municipal de Saúde objetivando o combate ao Coronavírus. Devendo-se ressaltar contudo que já a partir do mês de abril de 2020 do ano anterior, as transferências constitucionais despencaram, com destaque para o ICMS, Royalties e FPM, o que muda completamente o Cenário de Análise para o próximo Quadrimestre.

Através da análise do Gráfico n. 04 abaixo, pode-se notar o acréscimo das receitas referentes às Transferências Correntes entre abril de 2020 e abril de 2021, onde se depreende um incremento em termos monetários de

aproximadamente R\$ 995.669,60 (Novecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) em relação a 2020, incluindo aí possíveis recursos excepcionais e/ou eventuais.

GRÁFICO N. 04 - Evolução das Transferências Correntes do Município de Sumidouro no período de abril/20 e abril/21.

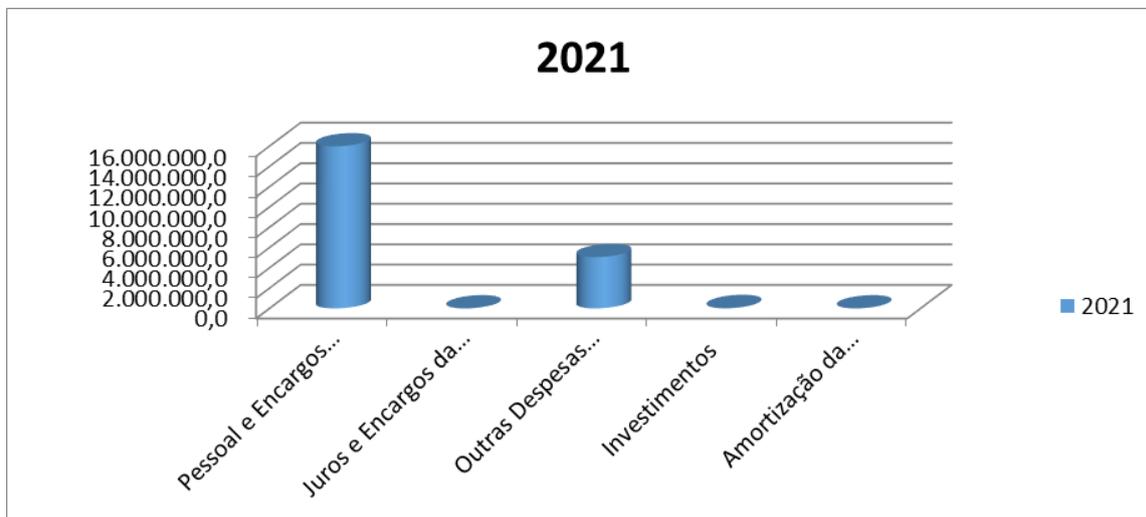


Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Durante o período em comento, qual seja, janeiro a abril de 2021, o município obteve R\$ 1.130.660,90 de Receitas de Capital, receitas oriundas de convênios com o Estado e União e Outras Receitas de Capital.

A aplicação efetiva, ou a contrapartida de tais recursos, pode ser verificada através da análise dos gráficos de nº. 4 e 5 da presente série, destacando-se o grande peso dos dispêndios com pessoal, seguido das demais despesas de custeio, como serviços de terceiros e encargos, material de consumo e subvenções sociais principalmente.

GRÁFICO N. 05 - Evolução das Despesas Totais do Município de Sumidouro no período de abril/20 e abril/21.



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

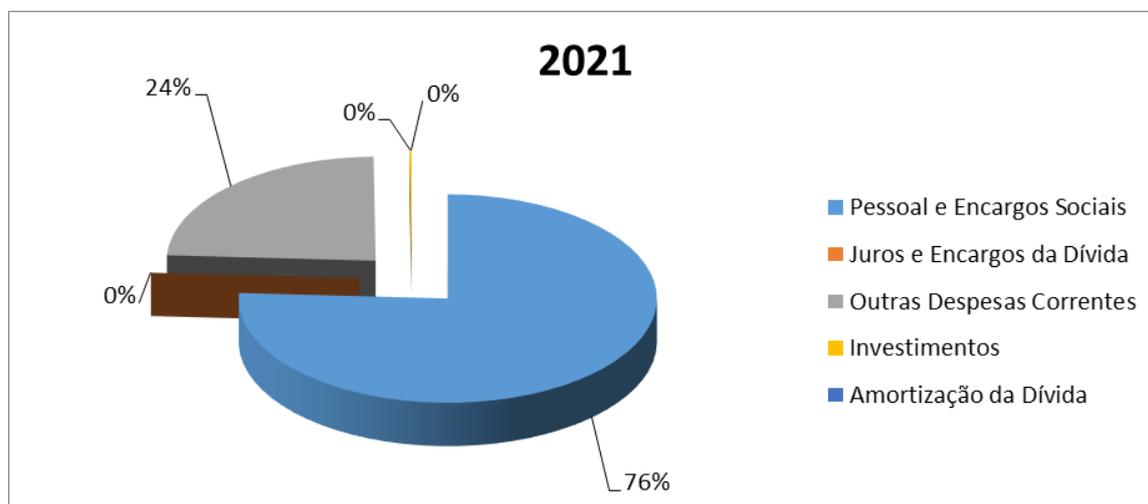
Pode-se perceber um decréscimo das despesas com pessoal em abril de 2021 quando comparados a abril de 2020 na ordem de relevantes 34,0 %, principalmente em razão do pagamento em larga escala referente a verbas indenizatórias e afins durante o primeiro quadrimestre de 2021, o que não se verificou em valores de 2020. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram cerca de 54,37 % da Receita Corrente Líquida acumulada até abril de 2021, considerando o limite legal de 54 %, estando portanto acima dos limites impostos pela LRF, enquanto as demais despesas correntes, quais sejam, material de consumo e serviços diversos igualmente aumentaram consideravelmente cerca de 19 % no mesmo período. Verifica-se claramente que a maior parte dos aumentos se deu junto ao Fundo Municipal de Saúde, principalmente para o combate a Pandemia, todavia deveriam representar despesas sazonais e não se perpetuar com a melhora da situação da Pandemia, devendo o Município proceder paulatinamente a um controle mais rigoroso sobre tais despesas, de forma mais racionalizada, primando pelo equilíbrio orçamentário, financeiro e patrimonial do Município. Notadamente, os investimentos materializados em obras e equipamentos principalmente, sofreram um incremento em termos percentuais relevantes, na ordem de 496 %, em razão da utilização de recursos de convênios e afins que têm sofrido acréscimos consideráveis nos repasses por parte do Governo Federal principalmente, não obstante a imaterialidade de tais recursos no total das despesas liquidadas até abril de 2021.

Tal aumento considerável das despesas ocorrido até abril de 2021 já denota a necessidade de um controle mais relevante dos recursos para os próximos quadrimestres, sem prejuízo daqueles a serem disponibilizados para o combate à Pandemia, com demandas crescentes em ações de saúde, em contrapartida a uma queda exponencial nos recursos recebidos, não obstante a necessidade de se utilizar metodologias de controle e de contenção de despesas, tendo em vista a tendência de elevação dos gastos durante este período.

Neste contexto, considerando a grave crise Pandêmica e o consequente aumento das Despesas Correntes do Município e a consequente pressão sobre novos gastos, tal situação vem demandando por parte do Poder Executivo a necessidade iminente de cortes e priorização de despesas, principalmente aquelas de natureza continuada como pessoal e encargos, em função do percentual deste Quadrimestre já ter extrapolado ao limite legal, não obstante as flexibilizações descritas na Lei Complementar nº 173/20, além das demais despesas de custeio, compreendendo necessariamente as despesas correntes, tendo em vista que o aumento de tais despesas não deve se basear nem em incrementos sazonais de receitas e tão pouco dos repasses ou transferências costumeiras, sob pena do município não atingir o equilíbrio orçamentário e financeiro determinado pela legislação em vigor, ou em termos monetários, enquanto as receitas principalmente aquelas inerentes ao Fundo Municipal de Saúde tendem a cair consideravelmente nos meses subsequentes, as despesas precisarão acompanhar esta trajetória de queda das receitas, sob pena de insolvência sem precedentes por parte do Poder Executivo Municipal.

As despesas por sua vez no mesmo período sofreram um acréscimo considerável de R\$ 4.581.568,20 (Quatro milhões, quinhentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), representando 28 % de aumento em relação ao mesmo período do exercício anterior, principalmente devido ao pagamento de rescisões referentes a gastos com pessoal, que na verdade, se encontravam represadas e demais despesas correntes, se comparadas ao ano anterior, qual seja, Abril/2020. Tal situação vem demandando por parte do Poder Executivo a necessidade de se manter as despesas equilibradas, sem comprometer o correto e necessário equilíbrio orçamentário e financeiro requerido pela legislação em vigor, o que deve desencadear um fundamental e necessário processo de contingenciamento de despesas para os quadrimestres subsequentes em uma escala apropriada.

GRÁFICO N. 06 - Distribuição Percentual das Despesas Realizadas até Abril/21

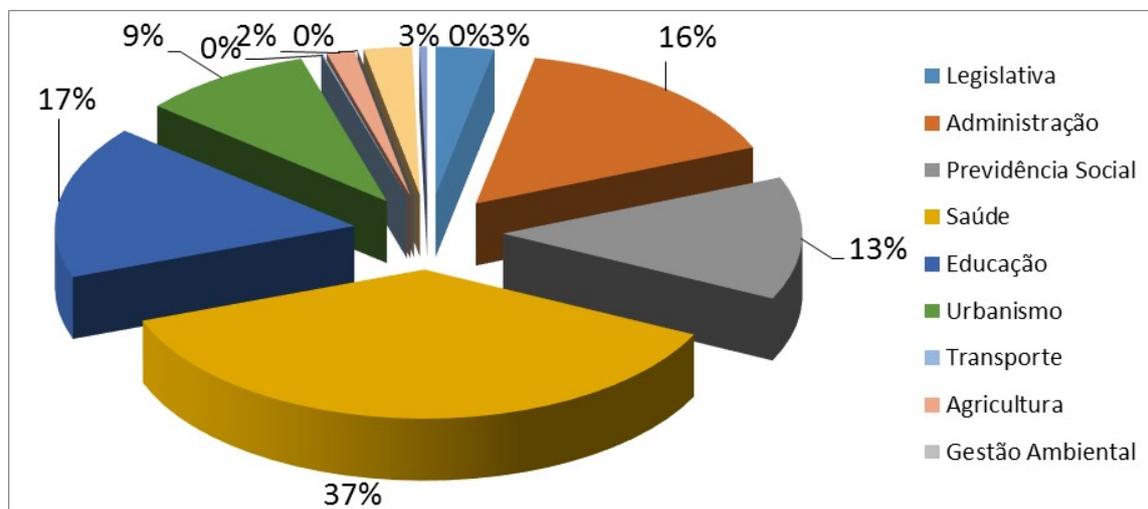


Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Para efeito meramente exemplificativo, de cada R\$ 100,00 desembolsados até abril/21 pelo município de Sumidouro, cerca de R\$ 76,00 foram destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais e praticamente o restante, R\$ 24,00 destinados à aquisição de materiais de consumo e contratações de serviços em sua grande maioria, ficando as obras e equipamentos praticamente com nada de aplicação, devido a utilização de recursos de Convênios e afins em uma escala muito pequena.

O Gráfico de nº. 07, apresenta a distribuição das despesas por função de Governo, ou seja, onde necessariamente foram aplicados os recursos do Poder Público Municipal. Ressaltando-se a relevância da Educação e da Saúde no âmbito da Administração Municipal de Sumidouro, sendo responsáveis por 54,0 % de toda a despesa realizada até o 1º Quadrimestre de 2021. Destacando-se ainda os desembolsos com a Administração Geral da ordem de 16,0 %, Previdência 13 %, etc.

GRÁFICO N. 07 - Distribuição Percentual das Despesas Realizadas Por Função de Governo até Abril/21



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Diante de tal situação, pode-se verificar o grande peso que a Previdência possui no Orçamento Municipal, já representando a terceira maior despesa do Município, somente perdendo para os gastos com Educação e Saúde no âmbito municipal, não há toa, o RPPS Municipal possui um dos maiores montantes de recursos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, na ordem aproximada de R\$ 100 milhões. Só que a manutenção de tal equilíbrio, demanda por parte do Poder Executivo um esforço sem precedentes para se manter as despesas em um nível compatível com o ingresso de recursos (Receitas), deixando muita das vezes de se realizar investimentos, materializados em obras e equipamentos. Esforço este, agora, que vem sendo muito maior em função da crise descomunal que se abateu sobre o País em função da Pandemia do Coronavírus.

Tal situação obriga a que o Município durante o exercício financeiro de 2021 adeque as suas despesas a nova realidade de arrecadação, em virtude dos aumentos consideráveis nas despesas correntes, especialmente as de pessoal e da queda abrupta dos repasses federais junto ao Fundo Municipal de Saúde. Tal fato já pode ser sentido quando da execução do Orçamento do Município referente ao mês de Abril de 2021, atrelado as demandas pela manutenção da máquina administrativa materializada nas diversas dotações para utilização dos diversos Órgãos e Secretarias, além do incremento já ocorrido e significativo das Despesas com Pessoal principalmente os da área de Saúde, o que exigirá um esforço sem precedentes por parte do Poder Executivo para garantir tais obrigações em detrimento de demais ações, como diminuição de outras

despesas de custeio, ou mesmo investimentos, pois do contrário o município não conseguirá cumprir com os limites e o equilíbrio imposto pela LRF, em que pese a situação calamitosa em que se encontra o País, não obstante possíveis flexibilizações impostas pela legislação vigente.

Neste diapasão, do total de aumento das despesas realizadas até Abril/2021, a maior parte deste montante R\$ 21.068.744 (Vinte e um milhões, sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais) teria ocorrido junto a Saúde, Previdência e Administração de Pessoal, o que pode ser mais bem evidenciado através da análise do Quadro abaixo:

FUNÇÃO DE GOVERNO	2020	VAR. %	2021
Legislativa	687.249	-3%	666.727
Administração	1.812.206	82%	3.301.057
Previdência Social	2.399.939	17%	2.814.391
Saúde	5.918.892	33%	7.845.259
Educação	3.375.043	4%	3.505.123
Urbanismo	1.426.516	38%	1.962.184
Transporte	97.750	-78%	21.235
Agricultura	163.505	93%	315.480
Gestão Ambiental	0	-	0
Assistência Social	460.580	19%	548.786
Outros	145.497	-39%	88.504
TOTAL	16.487.176	28%	21.068.744

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Os investimentos, por sua vez, ou seja, à parte dos recursos destinada a obras e instalações e a aquisição de equipamentos principalmente, compreenderam praticamente 0 % do total das despesas efetivamente liquidadas no período de janeiro/21 a abril/21 em que pese à grande parte dos recursos ter origem nos diversos convênios pactuados não terem sido realizados.

Tal fato pode ser em parte explicado devido ao grande peso que possui as despesas de custeio no âmbito de todo ente público, uma vez que são responsáveis pela manutenção da máquina administrativa municipal. Para se ter uma idéia, esta despesa de custeio no exercício de 2021, mais precisamente no período de (janeiro a abril) representou 99,8 % do total das despesas realizadas no período, o que em tese representaria, considerando os recursos provenientes da realização efetiva de tais despesas um percentual de apenas 0,2 %, que seria utilizado para outras finalidades, como amortização de dívidas, realização de investimentos, etc.

Tal situação denota a dificuldade atual das Administrações Municipais para a realização efetiva de novos investimentos, tendo em vista o alto grau de dependência dos orçamentos para honrar os compromissos oriundos das referidas despesas de custeio.

Neste contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal surge como um instrumento norteador da Gestão Pública, através de mecanismos de controle sobre os gastos públicos, como forma de coibir o aumento progressivo do déficit público, e, por conseqüência, da própria dívida interna, além de possibilitar a transparência na utilização dos recursos públicos, seja através de publicações periódicas de diversos quadros, ou mesmo através de audiências públicas, como esta que se pretende realizar, com o único objetivo de informar como estão sendo e foram utilizados os recursos municipais.

A atual Gestão ciente da situação patrimonial, orçamentária e financeira do Município de Sumidouro e em virtude de possível nova retração econômica que pode se abater sobre o país devido às implicações da Pandemia e uma possível terceira onda, deve intentar os esforços necessários no sentido de que sejam cumpridos os dispositivos elencados na nova Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seus diversos artigos, de forma a se manter o equilíbrio das contas públicas municipais e ao mesmo tempo realizar uma Gestão Pública transparente e eficaz, não obstante o Estado de Calamidade impetrado.

Em que pese aqui a necessidade de um controle mais eficaz sobre as despesas, tendo em vista a confirmação do aumento considerável das mesmas no último quadrimestre, em que pese ainda a retração das Receitas do Fundo Municipal de Saúde já a partir de Janeiro/2021 e que deve se manter até o final do exercício e de possível queda na atividade econômica em função da Pandemia da COVID 19 esperada pelo Governo Federal, o que tende a se agravar ainda mais pelas sucessivas crises políticas e de confiança que insistem em impactar diretamente a conjuntura atual brasileira e conseqüentemente municipal. A queda na arrecadação demandará por parte da Administração Municipal a necessidade em se proceder a cortes de magnitude consideráveis e de forma URGENTE.

A Receita Corrente Líquida Apurada no exercício até Abril/2021, apresenta um decréscimo em relação ao período anterior, qual seja, abril de

2020, da ordem de 7,0 %, como pode ser observado na Tabela I, com destaque para a expansão das citadas Transferências Correntes.

**Tabela I - Demonstrativo Resumido da Receita
Corrente Líquida - 2020 e 2021**

Especificação	R\$ x 1000	
	Jan/20-Abr/20	Jan/21-Abr/21
Receita Corrente Líquida	74.043.785,4	73.525.322,5

Há de se ressaltar que o Resultado Primário pactuado no Anexo de Metas Fiscais da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 deverá ser apurado tão somente ao final do exercício financeiro de 2021, todavia o mesmo no período teria sido superior à meta prevista na LDO para o referido exercício financeiro que teria sido de R\$ 725.500,00, tendo obtido um resultado Primário de R\$ 5.550.622,40 e um Resultado Nominal abaixo da linha de R\$ 912.976,90.

Notadamente no período de janeiro a abril de 2021, a Administração Municipal aplicou % dos recursos arrecadados com impostos, ou seja, aqueles recursos arrecadados com ICMS, IPVA, IPTU, IRRF, ITBI, ISS, dentre outros, na função "EDUCAÇÃO", todavia devido a problemas técnicos na alimentação de tal sistema Sigfis junto ao TCE-RJ, portanto não sendo possível apurar neste momento o atendimento ao limite constitucional mínimo de 25 % dos gastos na Educação e tão pouco a aplicação dos recursos do Fundeb com o magistério do Ensino Fundamental, acima do limite atual de 70 %. Ocorre que, com a Pandemia e a interrupção do período letivo, tal situação pressionará mais ainda para que o percentual de 25 % não seja atingido, devido à queda nas despesas com ações em educação, como paralização do transporte, manutenção de escolas, etc., sendo este um dos principais dilemas da Administração Pública municipal para o exercício de 2021. Como atingir tal limite diante da situação de calamidade da Pandemia ? Cabe destacar o atendimento ao limite constitucional, qual seja, aplicação mínima de 15% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na função SAÚDE, que fora na ordem de incríveis 29,3 %.

OUTROS TÓPICOS RELEVANTES

- Durante o período sob análise (janeiro a abril) não ocorreram operações de crédito por parte da Administração Municipal.
- Não Houve no período Receitas Arrecadadas referentes a Alienação de Ativos.
- O exercício financeiro de 2021 exigirá por parte do Poder Executivo um controle sem precedentes sobre as despesas realizadas em razão dos fatos exaustivamente descritos no presente relatório, principalmente devido a Pandemia e as despesas que sofreram acréscimos consideráveis, agravando ainda mais as distorções, atrelado a necessidade de se buscar o cumprimento ao disposto nos art. 1 da LRF e dos demais dispositivos legais, em que pese o Estado de Calamidade em função da Pandemia, passando tal fato a ser, portanto um desejo, todavia amplamente necessário e não mais um fato amplamente exequível do ponto de vista operacional, como em tempos passados.

Em síntese, o Poder Executivo Municipal através desta pequena abordagem preliminar buscou de forma transparente evidenciar os principais tópicos acerca da gestão pública e das finanças do município de Sumidouro, no período de janeiro a abril de 2021 estando à disposição de quaisquer interessados que porventura demandem esclarecimentos mais aprofundados acerca do tema em questão.